

Fórum Europeu de Matosinhos: O despertar da política de arquitectura e paisagem?

Fernando Gonçalves

João Ferreira Bento

Nos passados dias 11 e 12 de Outubro, representantes dos Estados membros da União Europeia (UE) reuniram-se em Matosinhos para debater o tema "Arquitectura e Território", escolhido para centro das atenções do oitava reunião consecutiva do Fórum Europeu das Políticas de Arquitectura.

A proposta do tema partiu da Ordem dos Arquitectos (OA), enquanto principal responsável pela organização do encontro. Note-se, em todo o caso, que o tema inicialmente proposto, "Arquitectura e Paisagem", não encontrou acolhimento junto das entidades governamentais. Embora o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, recentemente aprovado pela Assembleia da República, preveja a futura existência de uma política nacional da arquitectura e da paisagem, a combinação destes dois ingredientes parece suscitar, pelo menos por agora, alguns receios e incómodos.

Seja como for, a paisagem não deixou de estar presente no Fórum, como se pode verificar pelo encadeamento dos sub-temas nele debatidos:

- Arquitectura, território e paisagem;
- Arquitectura, indústria cultural e desenvolvimento;
- Políticas de arquitectura e paisagem.

A insistência na paisagem não se justifica apenas à luz da obrigação de o Governo preparar uma política nacional de arquitectura e paisagem, aberta ao contributo dos municípios. Está também em causa quebrar um certo isolamento elitista para o qual os arquitectos se deixam arrastar. Se em Portugal a arquitectura for dissociada da paisagem, mais facilmente se perpetuará o ponto de vista daqueles que confundem a política de arquitectura com uma política dirigida à satisfação das reivindicações dos arquitectos... Não é esse o entendimento que prevalece na União Europeia, onde a chamada "directiva arquitectos" de 1985 deve a sua razão de ser à vontade política de proteger o interesse público que se expressa na criação arquitectónica, na qualidade das construções, na sua inserção harmoniosa no ambiente circundante, no respeito das paisagens naturais e urbanas bem como do património colectivo e privado.

Perante estes dois entendimentos divergentes, compreende-se que a OA tenha encarado o Fórum de Matosinhos como uma oportunidade para levar Portugal a convergir com a Europa, colocando a política portuguesa de arquitectura na linha de rumo do interesse público. Alguns passos foram dados nesse sentido, quer pela vizinhança das iniciativas do

Município de Matosinhos em prol da arquitectura, quer pelas mensagens que o Fórum fez chegar aos meios de comunicação social, quer ainda por efeito dos debates travados nos Paços do Concelho concebidos por Alcino Soutinho.

Na escolha do local do Fórum foi determinante o facto de o Município de Matosinhos ter apostado na arquitectura como um dos motores do seu desenvolvimento. Para essa opção muito contribui a circunstância de nesta cidade se situarem as obras de juventude de Siza Vieira e de nela se localizar a futura Casa de Arquitectura, destinada a recolher o espólio deste expoente da cultura arquitectónica portuguesa. Mas as gentes de Matosinhos não se limitaram a consagrar a obra do seu ilustre conterrâneo. Encontraram nela a fonte de inspiração para uma política municipal de arquitectura que hoje marca a fisionomia de toda a cidade (arquitectura e paisagem incluídas)... Dito de outra forma: Matosinhos é um exemplo vivo da estratégia proposta na Carta de Leipzig (Maio de 2007), designadamente quando neste documento da UE se propõe a noção de Baukultur (traduzível por “cultura arquitectónica”) como uma das vias a prosseguir pelas cidades europeias que ambicionam alcançar um desenvolvimento sustentável.

De Matosinhos os participantes provenientes de outros países europeus levaram do Fórum a certeza de que, em Portugal, há pelo menos um município que pratica uma política municipal de arquitectura alinhada com os princípios sugeridos pela UE. A questão está em difundir esses mesmos princípios um pouco por todo o País, para que todos os portugueses possam desfrutar da mesma qualidade arquitectónica, urbanística e paisagística.

O futuro dirá se o Fórum de Matosinhos foi um episódio passageiro, que mal merece ser registado nos anais da arquitectura praticada em Portugal, ou se, pelo contrário, corresponde ao fim da letargia da política nacional, despertando-a para a promoção da arquitectura e das paisagens construídas pelas comunidades locais, ou seja, para a promoção da Baukultur em Portugal. Neste aspecto, o futuro é já amanhã: no próximo dia 30 de Outubro reúne-se em Lisboa o grupo de peritos que irá fazer o ponto de situação sobre a implementação da Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis. Então se verá o que é que a presidência portuguesa do Conselho da UE efectivamente aproveitou do Fórum de Matosinhos.

O Fórum em números

O Fórum reuniu cerca de 150 participantes, provenientes de 24 países diferentes, dos quais se incluem nacionalidades de 21 Estados Membros da União Europeia e de três países fora da União: a Croácia, a Turquia e a Noruega. A distribuição dos participantes pelos três pilares do Fórum foi, grosso modo, a seguinte: 45% provenientes de organismos governamentais (ministérios, direcções gerais ou institutos públicos), 35% de associações ou ordens profissionais e, por fim, 20 % de entidades culturais, universitárias e outras. ■

Para saber mais:

www.arquitectos.pt

www.efap-fepa.eu

Legenda das Imagens



Fig. 1 - Capa do Fórum de Matosinhos



Fig. 2 – Abertura do evento



Fig. 3 – Salão Nobre da Câmara de Matosinhos